

Gestão 2018-2020

Procurador-Geral de Justiça
Paulo Cezar dos Passos
Procurador-Geral Adjunto de Justiça Jurídico
Humberto de Matos Brittes
Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa
Nilza Gomes da Silva
Procurador-Geral Adjunto de Justiça de Gestão e Planejamento Institucional
Hudson Shiguer Kinashi
Corregedor-Geral do Ministério Público
Marcos Antonio Martins Sottoriva
Corregedor-Geral Substituto do Ministério Público
Antonio Siufi Neto
Ouvidor do Ministério Público
Olavo Monteiro Mascarenhas

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

Procurador de Justiça <i>Sérgio Luiz Morelli</i>	Procurador de Justiça <i>Marcos Antonio Martins Sottoriva</i>
Procurador de Justiça <i>Mauri Valentim Ricciotti</i>	Procuradora de Justiça <i>Esther Sousa de Oliveira</i>
Procurador de Justiça <i>Hudson Shiguer Kinashi</i>	Procurador de Justiça <i>Aroldo José de Lima</i>
Procurador de Justiça <i>Olavo Monteiro Mascarenhas</i>	Procurador de Justiça <i>Adhemar Mombrum de Carvalho Neto</i>
Procuradora de Justiça <i>Irma Vieira de Santana e Anzoategui</i>	Procurador de Justiça <i>Gerardo Eriberto de Moraes</i>
Procuradora de Justiça <i>Nilza Gomes da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Luis Alberto Safrader</i>
Procurador de Justiça <i>Silvio Cesar Maluf</i>	Procuradora de Justiça <i>Sara Francisco Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Antonio Siufi Neto</i>	Procuradora de Justiça <i>Lenirce Aparecida Avellaneda Furuya</i>
Procurador de Justiça <i>Evaldo Borges Rodrigues da Costa</i>	Procuradora de Justiça <i>Mara Cristiane Crisóstomo Bravo</i>
Procuradora de Justiça <i>Marigô Regina Bittar Bezerra</i>	Procurador de Justiça <i>Helton Fonseca Bernardes</i>
Procurador de Justiça <i>Belmires Soles Ribeiro</i>	Procurador de Justiça <i>Gilberto Robalinho da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>Humberto de Matos Brittes</i>	Procurador de Justiça <i>Paulo Cezar dos Passos</i>
Procurador de Justiça <i>Miguel Vieira da Silva</i>	Procuradora de Justiça <i>Jaceguara Dantas da Silva</i>
Procurador de Justiça <i>João Albino Cardoso Filho</i>	Procurador de Justiça <i>Rodrigo Jacobina Stephanini</i>
Procuradora de Justiça <i>Lucienne Reis D'Ávila</i>	Procurador de Justiça <i>Silasneiton Gonçalves</i>
Procuradora de Justiça <i>Ariadne de Fátima Cantú da Silva</i>	Procurador de Justiça <i>Sérgio Fernando Raimundo Harfouche</i>
Procurador de Justiça <i>Francisco Neves Júnior</i>	Procurador de Justiça <i>Alexandre Lima Raslan</i>
Procurador de Justiça <i>Edgar Roberto Lemos de Miranda</i>	

EXPEDIENTE EXTERNO:

De 2ª à 6ª feira, das 08 às 11 e 13 às 18 horas.

DISQUE DENÚNCIA

Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Justiça Criminais

(67) 3318-2091 e-mail: caocrim@mpms.mp.br

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Constitucionais do Cidadão
e dos Direitos Humanos e das Pessoas com Deficiência

(67) 3318-2160 e-mail: caodh@mpms.mp.br

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA**PORTARIA Nº 490/2020-PGJ, DE 6.2.2020**

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de merecimento, o 1º Promotor de Justiça de Iguatemi, Thiago Barbosa da Silva, símbolo MP-23, para a 3ª Promotoria de Justiça da comarca de Amambai, de igual entrância (Processo PGJ/10/4703/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 491/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso VII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, e ouvido o egrégio Conselho Superior do Ministério Público,

R E S O L V E :

Remover, pelo critério de antiguidade, a 72ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Luciana do Amaral Rabelo, símbolo MP-24, para a 76ª Promotoria de Justiça da referida Comarca, de igual entrância (Processo PGJ/10/4789/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 439/2020-PGJ, DE 4.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Suspender, por necessidade de serviço, a partir de 10.2.2020, as férias do Promotor de Justiça Gabriel da Costa Rodrigues Alves, concedidas por meio da Portaria nº 4539/2019-PGJ, de 4.12.2019.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 467/2020-PGJ, DE 5.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Alexandre Rosa Luz, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 5ª Zona Eleitoral, no período de 10 a 12.2.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Paulo Leonardo de Faria.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 469/2020-PGJ, DE 5.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Allan Carlos Cobacho do Prado, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 45ª Zona Eleitoral, nos dias 13, 14 e 21.2.2020, em razão de férias da titular, Mariana Sleiman Gomes.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 470/2020-PGJ, DE 5.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o Promotor de Justiça de Sonora, Adriano Barrozo da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, responder pela Promotoria de Justiça da comarca de Sete Quedas, nos dias 27 e 28.2.2020, em razão de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão do titular, Promotor de Justiça Gilberto Carlos Altheman Júnior.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 478/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XII, alínea “h”, do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indicar ao Procurador Regional Eleitoral a Promotora de Justiça Daniella Costa da Silva, para, sem prejuízo de suas funções, atuar perante a 12ª Zona Eleitoral, no período de 10 a 14.2.2020, em razão de férias do titular, Promotor de Justiça Marcos André Sant’Ana Cardoso.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 482/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001883-1, em trâmite perante a 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 483/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar o 16º Promotor de Justiça de Dourados, Ricardo Rotunno, para, sem prejuízo de suas funções, coadjuvar nos autos do Inquérito Civil nº 06.2019.00001882-0, em trâmite perante a 11ª Promotoria de Justiça da referida Comarca.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 484/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Magno Oliveira João 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 24.9, 18 e 19.11, 8 e 9.12.2017, a serem usufruídos no período de 17 a 21.2.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 485/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Rodrigo Yshida Brandão 5 (cinco) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada no período de 29.7 a 5.8.2019, a serem usufruídos nos dias 2, 3, 4, 5 e 6.3.2020, nos termos dos artigos 3º, 6º e 7º-A, inciso II, da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 486/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso XXX do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder à Promotora de Justiça Luciana Moreira Schenk 2 (dois) dias de férias compensatórias, referentes ao feriado forense de 20 de dezembro de 2019 a 6 de janeiro de 2020, a serem usufruídos nos dias 27 e 28.2.2020, nos termos dos artigos 139, inciso I, e 140, § 3º, ambos da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, com a redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 14 de maio de 2013.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 487/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4653/2019-PGJ, de 12.12.2019, na parte que concedeu ao Promotor de Justiça Marcos Martins de Brito compensação por atuação no Mutirão do Júri referente ao dia 14.11.2019, que seria usufruído no dia 3.2.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 488/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Tornar sem efeito a Portaria nº 4714/2019-PGJ, de 17.12.2019, na parte que indicou ao Procurador Regional Eleitoral o Promotor de Justiça Fabio Adalberto Cardoso de Moraes para atuar na 7ª Zona Eleitoral, no dia 3.2.2020.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 489/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Conceder ao Promotor de Justiça Paulo Leonardo de Faria 6 (seis) dias de compensação pelo exercício da atividade ministerial em plantão, realizada nos dias 16.9, 3 e 4.11.2018, 12 e 13.1 e 6.4.2019, a serem usufruídos nos dias 10, 11 e 12.2, 18, 19 e 20.3.2020, nos termos dos artigos 3º e 6º da Resolução nº 38/2015-PGJ, de 24.11.2015.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 514/2020-PGJ, DE 7.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Indeferir, por necessidade de serviço, férias regulamentares aos Promotores de Justiça abaixo nominados, nos termos dos artigos 144 e 149 da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994, conforme segue:

PROMOTOR DE JUSTIÇA	PERÍODO AQUISITIVO	QUANTIDADE DE DIAS	PERÍODO INDEFERIDO
Gerson Eduardo de Araújo	2019/2020	30	5.2 a 5.3.2020
Izonildo Gonçalves de Assunção Junior	2018/2019	30	28.1 a 26.2.2020
Marcos Alex Vera de Oliveira	2018/2019	20	3 a 22.2.2020

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 530/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere a alínea “f” do inciso XII do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a 57ª Promotora de Justiça de Campo Grande, Daniela Cristina Guiotti, para coadjuvar na 44ª Promotoria de Justiça da referida comarca, a partir de 6 de fevereiro de 2020, até ulterior deliberação.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 471/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar os seguintes servidores do Quadro do Ministério Público Estadual como gestores e fiscais do Contrato nº 103/PGJ/2019, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/93, conforme segue: 1) Gestora do Contrato – Nádia de Moura Mattos, Analista/Administração; 1.1) Suplente – Murilo Rolim Neto, Diretor da Secretaria de Administração; 2) Fiscal Administrativo – Natanaél Jacinto dos Santos, Auxiliar; 2.1) Suplente – Kelly Cristina Mengual Vieira, Chefe do Departamento de Serviços Gerais (Processo PGJ/10/3135/2019).

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 472/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar, até 30.6.2020, a servidora Tatiana Castro Rocha, ocupante do cargo em comissão de Chefe de Setor, símbolo MPDS-106, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, auxiliar os serviços do Cerimonial da Procuradoria-Geral de Justiça, cuja equipe foi instituída pela Portaria nº 2252/2019-PGJ, de 27.6.2019; e revogar a referida portaria na parte que designou a servidora Cristhiane Bergmaier, ocupante do cargo de Assessor de Procurador, passando a equipe auxiliar a ter a seguinte composição: Anelise Nakasone Arakaki, Ariani Mortari Busaneli Vilharba, Beatriz Almeida Ribeiro, Elias Vitorino Filho, Eveline Nilce Crisóstomo Ribeiro Flores, Fernanda Carneiro de Jesus, Fernando Resstel Corrêa Junior, Josiane Sanches de Mamann Zillo, Milton Estevão Corrêa, Silvana Pinheiro da Silva e Tatiana Castro Rocha.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 493/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristhiane Bergmaier, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, compor a Comissão de Padronização e Definição de Formatos Oficiais para Publicação Digital de Documentos, no âmbito do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, até ulterior deliberação, instituída pela Portaria nº 1444/2016-PGJ, de 17.5.2016.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PORTARIA Nº 494/2020-PGJ, DE 6.2.2020

O PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do artigo 7º da Lei Complementar nº 72, de 18 de janeiro de 1994,

R E S O L V E :

Designar a servidora Cristhiane Bergmaier, ocupante do cargo em comissão de Assessor de Procurador, símbolo MPAS-202, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços de apoio ao Secretário da Comissão do XXVIII Concurso Público de Provas e Títulos para Ingresso na Carreira do Ministério Público Estadual, até a homologação do referido Concurso.

PAULO CEZAR DOS PASSOS

Procurador-Geral de Justiça

PROCURADORIA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA**PORTARIA Nº 495/2020-PGJ, DE 6.2.2020**

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Aline Silva de Azevedo Cavalcante, por meio da Portaria nº 2460/2019-PGJ, de 9.7.2019, que seriam usufruídas no período de 22.4 a 1º.5.2020, a serem usufruídas no período de 1º a 10.2.2021, em razão de licença para tratamento de saúde, nos termos do artigo 10, inciso I, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 496/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Andressa Cecon Bidutti Souza, por meio da Portaria nº 2460/2019-PGJ, de 9.7.2019, com a redação dada pela Portaria nº 4234/2019-PGJ, de 12.11.2019, que seriam usufruídas no período de 3 a 12.2.2020, a serem usufruídas no período de 20 a 29.7.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 497/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 21.1.2020, as férias da servidora Denize Aparecida Moretti Girelli, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas nos dias 27.7 a 1º.8.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 498/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 13.1.2020, as férias da servidora Elaine Cristina França Tavares Flor, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 17 a 21.2.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 499/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Elizandra Valladão Delfino de Aguiar, por meio da Portaria nº 1892/2019-PGJ, de 31.5.2019, com a redação dada pela Portaria nº 2353/2019-PGJ, de 3.7.2019, que seriam usufruídas no período de 27.1 a 5.2.2020, a serem usufruídas no período de 20 a 29.7.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 501/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 20.1.2020, as férias da servidora Fernanda Rocha Gonçalves, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 17.9.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 502/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Lucas Moraes Coelho, por meio da Portaria nº 3327/2019-PGJ, de 10.9.2019, com a redação dada pela Portaria nº 4149/2019-PGJ, de 6.11.2019, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.2.2020, a serem usufruídas no período de 9 a 18.9.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 503/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Marta Josefa da Silva, por meio da Portaria nº 4170/2019-PGJ, de 8.11.2019, que seriam usufruídas no período de 13 a 22.1.2020, a serem usufruídas no período de 16 a 25.1.2020, em razão de licença-casamento, nos termos do artigo 10, inciso II, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 504/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Misael Araujo de Sena, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 15 a 17.1.2020, a serem usufruídas no período de 14 a 16.2.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 505/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas à servidora Puelli Mandotti Monteiro de Oliveira, por meio da Portaria nº 2460/2019-PGJ, de 9.7.2019, que seriam usufruídas no período de 16 a 25.3.2020, a serem usufruídas no período de 11 a 20.5.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 506/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Interromper, por necessidade de serviço, a partir de 8.1.2020, as férias do servidor Rafael Assef Vieira, concedidas por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, nos termos do artigo 11 da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018, a serem usufruídas no período de 8 a 16.9.2020.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 507/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Suspender as férias concedidas ao servidor Rafael Tosi de Carvalho, por meio da Portaria nº 4365/2019-PGJ, de 22.11.2019, que seriam usufruídas no período de 20 a 29.1.2020, a serem usufruídas no período de 15 a 24.6.2020, em razão de necessidade de serviço, nos termos do artigo 10, inciso VIII, da Resolução nº 28/2018-PGJ, de 23.11.2018.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 477/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Aydil Carneiro de Souza, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, para, sem prejuízo de suas funções, exercer, em substituição, a Função de Confiança – FC5, símbolo MPFC-305, no período de 10 a 19.2.2020, em razão de férias, e nos dias 6, 7, 20 e 21.2.2020, em razão de licença compensatória referente a feriado forense do servidor Cecilio Leandro Echeverria.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 479/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Rebeca Murano Borges, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 13 (treze) dias de licença por motivo de doença em pessoa da família, no período de 29.1 a 10.2.2020, inicial, nos termos do inciso II do artigo 130 e do artigo 146, ambos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c os artigos 25 e 26 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 480/2020-PGJ, DE 6.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Érica Maylane Rigo Borges, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, 15 (quinze) dias de licença para tratamento de saúde, no período de 4 a 18.2.2020, inicial, nos termos do inciso I do artigo 130, e dos artigos 132 e 136, todos da Lei nº 1.102, de 10 de outubro de 1990, com a nova redação dada pela Lei nº 2.157, de 26 de outubro de 2000, e, ainda, c/c o inciso II do artigo 37 do Decreto nº 12.823, de 24 de setembro de 2009.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 508/2020-PGJ, DE 7.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Lailene Couto Penteado, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 65ª Promotoria de Justiça da comarca de Campo Grande, no período de 27.2 a 7.3.2020, em razão de férias do servidor Flavio Lopes.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 509/2020-PGJ, DE 7.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Sandra Maria Amâncio de Lima Mariano, ocupante do cargo efetivo de Técnico I, símbolo MPTE-201, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, lotada nas Promotorias de Justiça de Três Lagoas, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 1ª Promotoria de Justiça e na Supervisão das Promotorias de Justiça Cíveis e Especializadas da referida Comarca, no período de 3 a 22.2.2020, em razão de férias da servidora Marivalma Amâncio de Lima Suzuki.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 510/2020-PGJ, DE 7.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso IX, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Designar a servidora Elisman da Costa Vargas, ocupante do cargo em comissão de Assessor Jurídico, símbolo MPAS-206, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, para, sem prejuízo de suas funções, prestar serviços na 2ª Promotoria de Justiça da comarca de Três Lagoas, no período de 12 a 21.2.2020, em razão de férias do servidor Bruno Angelo Castelete.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA Nº 511/2020-PGJ, DE 7.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder à servidora Cecília Soares de Paiva, ocupante do cargo efetivo de Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, oito dias de licença por luto, em razão do falecimento de seu irmão, a partir de 26.1.2020, nos termos da alínea “b” do inciso III do artigo 171 e inciso II do artigo 178, ambos da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, e artigo 10, inciso XIII, da Resolução nº 022/2016-PGJ, de 12.9.2016.

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

PORTARIA N° 512/2020-PGJ, DE 7.2.2020

A PROCURADORA-GERAL ADJUNTA DE JUSTIÇA ADMINISTRATIVA, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 2º, inciso X, da Resolução nº 007/2014-PGJ, de 7.4.2014,

R E S O L V E :

Conceder ao servidor Lucival Rodrigues de Oliveira Junior, ocupante do cargo efetivo Técnico II, símbolo MPTE-202, do Quadro de Servidores do Ministério Público Estadual, afastamento para participar do Programa de Formação de Oficiais do Corpo de Bombeiros Militar de Mato Grosso do Sul, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 6.4.2020, com prejuízo da remuneração, nos termos do artigo 171, inciso V, da Lei nº 1.102, de 10.10.1990, observando-se o contido nos artigos 6º, inciso II, 28, § 3º, e 82, inciso IX, da Lei nº 3.150, de 22.12.2005 (Processo PGJ/10/0542/2020).

NILZA GOMES DA SILVA

Procuradora-Geral Adjunta de Justiça

COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA

DELIBERAÇÃO PROFERIDA PELO COLENDO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, EM REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 12 DE DEZEMBRO DE 2019.

7. Processos:**7.1. Sindicância nº 10/018/CGMP/2001**

Sindicado: Membro do Ministério Público.

Assunto: Pedido de reabilitação de sanção disciplinar.

Advogado: André Borges – OAB/MS 5.788.

Relator: Procurador de Justiça Luís Alberto Safraidier.

Revisora: Procuradora de Justiça Lucienne Reis D'Avila.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, votou pela concessão da reabilitação nos termos do voto do Relator com a concordância da Revisora.

7.2. Procedimento de Gestão Administrativa nº 09.2019.00004277-5.

Assunto: Projeto de Lei que altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 4.633, de 24 de dezembro de 2014, que fixa receita para o Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público (FEADMP/MS).

Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros: Procuradores de Justiça Antonio Sifui Neto, Presidente; Edgar Roberto Lemos de Miranda, Membro; e Mara Cristiane Crisóstomo Bravo, Secretária.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou o Projeto de Lei nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Administrativos e Financeiros.

7.3. Procedimento Administrativo nº 09.2017.00000608-2

Requerente: Ouvidoria do Ministério Público.

Assunto: Alteração da Resolução nº 015/2009-PGJ, de 16 de julho de 2009.

Comissão de Assuntos Institucionais e Defesa de Prerrogativas: Procuradores de Justiça Sérgio Luiz Morelli, Presidente; Mauri Valentim Riciotti, membro; e Jaceguara Dantas da Silva, Secretária.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a alteração da Resolução nº 015/2009-PGJ, de 16.7.2009, nos termos do parecer da Comissão de Assuntos Institucionais e Defesa de Prerrogativas.

8. Assuntos Institucionais:

8.1. Apreciação do Calendário das reuniões ordinárias do Colégio de Procuradores de Justiça do ano de 2020.

1º Semestre	2º Semestre
Fevereiro	Julho
6	2
Março	Agosto
5	6
Abril	Setembro
2	3
Maiο	Outubro
7	1º
Junho	Novembro
4	5
	Dezembro
	3

❖ As reuniões acontecem na primeira quinta-feira do mês.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou o Calendário das reuniões ordinárias do Colégio de Procuradores de Justiça do ano de 2020.

8.2. Ofício nº 0588/2019/ESMP/MS, de 7.11.2019, em que a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público-MS, encaminha relatório referente à atuação da ESMP-MS no mês de outubro de 2019, para conhecimento.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, tomou ciência do Ofício nº 0588/2019/ESMP/MS, sem ressalvas.

8.3. Ofício nº 0597/2019/ESMP/MS, de 13.11.2019, em que a Procuradora de Justiça Jaceguara Dantas da Silva, Diretora-Geral da Escola Superior do Ministério Público-MS, requer a apresentação de breve relatório de atuação de dois anos junto à ESMP-MS.

O Colégio, à unanimidade, tomou ciência do referido relatório.

8.4. Ofício nº 0973/2019/CGMP/MS, de 7.11.2019, em que o Corregedor-Geral do Ministério Público solicita autorização do Egrégio Colégio de Procuradores de Justiça para realizar correição ordinária nas Procuradorias de Justiça, e indica os Procuradores de Justiça Sérgio Luiz Morelli, Mauri Valentim Riciotti e Hudson Shiguer Kinashi para comporem a comissão correicional, e como suplente a Procuradora de Justiça Irma Vieira de Santana e Anzoategui, nos termos do art. 169, da Lei Complementar nº 72/94.

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, autorizou a realização da correição ordinária nas Procuradorias de Justiça, e aprovou os nomes dos Procuradores de Justiça indicados para comporem a Comissão Correicional.

8.5. Minuta de Resolução que aprova o Plano Estratégico Institucional e os Planos Estratégicos Setoriais revisados para o período de 2020 a 2025, bem como a elaboração do Plano Diretor 2020 a 2022 e do Plano Geral de Atuação 2020 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul (Memorando nº 005/2019/SEPLANGE/PGJ/MPMS, de 04.12.2019).

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, aprovou a minuta de Resolução que aprova o Plano Estratégico Institucional e os Planos Estratégicos Setoriais revisados para o período de 2020 a 2025, bem como a elaboração do Plano Diretor 2020 a 2022 e do Plano Geral de Atuação 2020 do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

8.6. Referendar a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça, Paulo Cezar dos Passos. (Processo PGJ/10/4486/2019).

Deliberação: O Colégio de Procuradores, à unanimidade, referendou a concessão de diárias ao Procurador-Geral de Justiça.

Campo Grande, 7 de fevereiro de 2020.

SILASNEITON GONÇALVES

Procurador de Justiça

Secretário do Colégio de Procuradores de Justiça

COMISSÃO ELEITORAL**AVISO Nº 002/2020/CE-PGJ**

A COMISSÃO ELEITORAL DESIGNADA PELO COLÉGIO DE PROCURADORES DE JUSTIÇA PARA CONDUÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL DE FORMAÇÃO DA LISTA TRÍPLICE PARA ESCOLHA DO PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA NO ANO DE 2020, no uso das atribuições previstas no artigo 6º da Resolução nº 012/2019-CPJ, de 22 de novembro de 2019, **torna pública a relação dos nomes dos candidatos inscritos e habilitados, para concorrer à eleição para a composição da lista tríplice para a escolha do Procurador-Geral de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, biênio 2020/2022**, que será realizada no dia **3 de abril de 2020 (sexta-feira)**, no período **das 9 às 17 horas**, na sede da Procuradoria-Geral de Justiça, situada na Rua Presidente Manuel Ferraz de Campos Salles, nº 214, Jardim Veraneio, Campo Grande-MS, de conformidade com o Aviso nº 001/2020/CE-PGJ, de 23.1.2020, publicado no DOMPMS nº 2.132, de 27.1.2020:

ALEXANDRE MAGNO BENITES DE LACERDA
PAULO CÉSAR ZENI
RICARDO DE MELO ALVES
RICARDO ROTUNNO

Campo Grande, 7 de fevereiro de 2020.

SÉRGIO LUIZ MORELLI
Procurador de Justiça
Presidente da Comissão Eleitoral

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO**EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000082 DE 05.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/3877/2019**

Credor: PALHANO & CIA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 23/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de aeronave não tripulada (drone) e tablet, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000082 de 05.02.2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000083 DE 05.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/3877/2019

Credor: PALHANO & CIA LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 23/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de aeronave não tripulada (drone) e tablet, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 25.600,00 (vinte e cinco mil e seiscentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000083 de 05.02.2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000084 DE 05.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/3877/2019

Credor: ELECTROINOX COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS DE ELETRÔNICOS EIRELI.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Pregão Presencial nº 23/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de aeronave não tripulada (drone) e tablet, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 27.900,00 (vinte e sete mil e novecentos reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000084 de 05.02.2020.

Amparo legal: Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

EXTRATO DA NOTA DE EMPENHO 2020NE000085 DE 06.02.2020 DO PROCESSO PGJ/10/0568/2020

Credor: 3TTECNOLOGIA – COMÉRCIO, MANUTENÇÃO E REPARAÇÃO DE EQUIPAMENTOS LTDA.

Ordenadora de despesa: **Bianka Karina Barros da Costa**, Promotora de Justiça e Secretária-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Licitação: **Ata de Registro de Preço nº 16/PGJ/2019 - Pregão Eletrônico nº 7/PGJ/2019**.

Objeto: Aquisição de controlador de acesso, fechadura eletromagnética, frame button (botoeira) e Kit Nobreak, para atender às necessidades deste Ministério Público.

Valor: R\$ 16.776,00 (dezesseis mil setecentos e setenta e seis reais) nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000085 de 06.02.2020.

Amparo legal: Inciso II, do artigo 15 da Lei nº 8.666/93.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 002/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0058/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **UILSON ELIAS GARCIA**, representada por **Uilson Elias Garcia**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Inocência/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 50,00 (cinquenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000119, de 09.01.2020.

Vigência: 13.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 13 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO Nº 010/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0027/2020

Partes:

1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;

2- **DISTRIBUIDORA SOUZA & SILVA LTDA**, representada por **Silvano Ribeiro de Souza**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender as necessidades dos Prédios da Procuradoria-Geral de Justiça e Promotorias de Justiça da Capital, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 792,00 (setecentos e noventa e dois reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE0000095, de 08.01.2020.

Vigência: 14.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 14 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 019/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0056/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **F. R. DA CRUZ**, representada por **Fátima Regina da Cruz**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 70,00 (setenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000120, de 09.01.2020.

Vigência: 15.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 15 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 023/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0093/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **COMERCIAL JERE DE ALIMENTOS LTDA**, representada por **Jaime Carlos de Oliveira Filho**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 177,30 (cento e setenta e sete reais e trinta centavos), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000143, de 10.01.2020.

Vigência: 15.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 15 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 025/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0059/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **F. R. DA CRUZ**, representada por **Fátima Regina da Cruz**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Iguatemi/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 144,00 (cento e quarenta e quatro reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000118, de 09.01.2020.

Vigência: 15.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 15 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 035/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0114/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **HUGO ALYSON MENDONÇA DESTRO**, representada por **Hugo Alyson Mendonça Destro**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 80,00 (oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000153, de 10.01.2020.

Vigência: 16.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 16 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 036/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0113/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **MARINO & COSTA LTDA**, representada por **Marcos Antonio Costa**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de água mineral (recarga galão 20 litros), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Ribas do Rio Pardo/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 119,85 (cento e dezenove reais e oitenta e cinco centavos), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000154, de 10.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 058/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0146/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **JARDIM DO EDEN EIRELI**, representada por **Wylton Aparecido Rodrigues**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, a ser executado quinzenalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 1.000,00 (um mil reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000190, de 13.01.2020.

Vigência: 17.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 17 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 067/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0217/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **MODESTO & LEAL COMÉRCIO DE GÁS LTDA**, representada por **Janilson Modesto Leal**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Paranaíba/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 80,00 (oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000229, de 14.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 073/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0161/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **OSMAR CORREA DE OLIVEIRA**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia/MS, a ser executado quinzenalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 280,00 (duzentos e oitenta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000204, de 13.01.2020.

Vigência: 20.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 20 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 079/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0200/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **APARECIDO DOS SANTOS JARDINAGEM**, representada por **Aparecido dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS, a ser executado quinzenalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 500,00 (quinhentos reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000192, de 13.01.2020.

Vigência: 21.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 21 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 083/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0192/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **APARECIDO DOS SANTOS JARDINAGEM**, representada por **Aparecido dos Santos**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Cassilândia/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 100,00 (cem reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000196, de 13.01.2020.

Vigência: 21.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 21 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 088/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0263/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **ORLANDO DE QUEIROZ**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de jardinagem no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 120,00 (cento e vinte reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000291, de 15.01.2020.

Vigência: 21.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 21 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 096/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0256/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
- 2- **ORLANDO DE QUEIROZ**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Prestação de serviço de limpeza de calhas no edifício-sede da Promotoria de Justiça da comarca de Camapuã/MS, a ser executado mensalmente, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 130,00 (cento e trinta reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000311, de 15.01.2020.

Vigência: 22.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2020.

EXTRATO DA CARTA-CONTRATO N° 106/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/0278/2020

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por seu Procurador-Geral Adjunto de Justiça Administrativo *em exercício*, **Humberto de Matos Brittes**;
2- **AILTON DE ARAUJO SILVA**, representada por **Ailton de Araújo Silva**.

Procedimento licitatório: Dispensa.

Amparo legal: Artigo 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93 e alterações.

Objeto: Fornecimento de gás (botijão de gás – GLP, 13 kg), para atender às necessidades da Promotoria de Justiça da comarca de Brasilândia/MS, desde que haja necessidade e solicitação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul.

Valor estimado mensal: R\$ 85,00 (oitenta e cinco reais), nos termos da Nota de Empenho 2020NE000278, de 15.01.2020.

Vigência: 22.01.2020 a 31.12.2020.

Data de assinatura: 22 de janeiro de 2020.

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 14/PGJ/2019

Processo PGJ/10/0597/2019

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **LETTEL DISTRIBUIDORA DE TELEFONIA LTDA**, representada por **Everson Silva Leite**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 52/PGJ/2018-SRP - Ata de Registro de Preços nº 20/PGJ/2018.

Amparo legal: Artigo 57, § 1º, incisos III e V, da Lei nº 8.666/1993.

Objeto: Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 14/PGJ/2019, por mais 12 (doze) meses, cujo objeto é a aquisição de equipamentos para expansão de sistema de comunicação e serviços de (instalação e/ou suporte), decorrente de Registro de Preços, para atender ao Ministério Público Estadual.

Vigência: 13.03.2020 a 13.03.2021.

Data de assinatura: 5 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DO QUARTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N° 05/PGJ/2014

Processo nº PGJ/10/2449/2013

Partes:

- 1- **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;
2- **SONIA DE VASCONCELLOS GONÇALVES**.

Procedimento licitatório: Dispensada de acordo com o artigo 24, inciso X da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Amparo legal: Artigo 57, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Objeto: **Prorrogar** o prazo de vigência do Contrato nº 05/PGJ/2014, referente à locação do imóvel situado na Rua Marechal Mascarenhas, no lote 22, Quadra 07, Vila Nhecolândia, na cidade de Rio Verde de Mato Grosso/MS, de propriedade de Sonia de Vasconcellos Gonçalves, com área edificada de aproximadamente 214,62 m², para instalação da Promotoria de Justiça da comarca de Rio Verde de Mato Grosso/MS, por mais 12 (doze) meses.

Vigência: 10.02.2020 a 09.02.2021.

Data de assinatura: 04 de fevereiro de 2020.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 16/PGJ/2020

Processo: PGJ/10/4016/2019

Partes:

1- MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por intermédio do **Fundo Especial de Apoio e Desenvolvimento do Ministério Público**, representado por sua Procuradora-Geral Adjunta de Justiça Administrativa, **Nilza Gomes da Silva**;

2- C. E. SILVÉRIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRAS EIRELI, representada por **Cristiano Echeverria Silvério**.

Procedimento licitatório: Pregão Presencial nº 32/PGJ/2019.

Amparo legal: Lei nº 10.520/2002 e subsidiariamente, Lei nº 8.666/1993 (e suas alterações).

Objeto: Execução de serviços de instalação de piso tátil e de concreto, na sede das Promotorias de Justiça da Capital - Unidade Rua da Paz (Rua da Paz, nº 134, Centro, Campo Grande/MS), incluído o fornecimento de todos os materiais necessários à execução dos serviços.

Valor contratual total: R\$ 18.400,00 (dezoito mil e quatrocentos reais), nos termos da Nota de Empenho nº 2020NE000069, de 03.02.2020.

Vigência: 06.02.2020 a 03.08.2020.

Data de assinatura: 06 de fevereiro de 2020.

EDITAIS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

COMARCAS DE ENTRÂNCIA ESPECIAL

CAMPO GRANDE

EDITAL Nº 02/2020.

A 26ª Promotoria de Justiça do Meio Ambiente, Patrimônio Histórico e Cultural, Habitação e Urbanismo da Comarca de Campo Grande/MS, torna pública a instauração do Procedimento Administrativo que está à disposição de quem possa interessar na Rua São Vicente de Paula, 180, Bairro Chácara Cachoeira.

Procedimento Administrativo nº: 09.2020.0000639-0.

Requerente: Ministério Público Estadual.

Requerido: Município de Campo Grande - MS.

Objeto: Acompanhar os estudos preliminares de regularização fundiária no Bairro Vivendas do Bosque.

Campo Grande, 07 de fevereiro de 2020.

LUZ MARINA BORGES MACIEL PINHEIRO

Promotora de Justiça.

COMARCAS DE SEGUNDA ENTRÂNCIA

CAMAPUÃ

EDITAL N. 09/2020/2ªPJC

A 2ª Promotoria de Justiça da Comarca de Camapuã/MS torna pública a instauração do Inquérito Civil SAJMP-MS n. 06.2020.00000106-2, que se encontra à disposição na Rua Ferreira da Cunha, n. 472, Vila Diamantina, CEP 79.420-000, telefone: (67) 3286-1728, onde poderá ser examinado.

Inquérito Civil: 06.2020.00000106-2.

Requerente: Ministério Público Estadual

Requerido: Sebastião Leite do Nascimento

Assunto: “Apurar eventual dano ambiental, praticado, em tese, por Sebastião Leite do Nascimento, na propriedade rural ‘Estância Dayane Rach’.”

Camapuã - MS, 06 de fevereiro de 2020.

DOUGLAS SILVA TEIXEIRA

Promotor de Justiça

NOVA ANDRADINA

INQUÉRITO CIVIL Nº 06.2017.00000632-7.**RECOMENDAÇÃO**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, por seu Promotor de Justiça em exercício nesta comarca, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no art. 129 da Constituição Federal, no art. 27, inc. IV, da Lei nº 8625/93 e no art. 29, inc. IV, da Lei Complementar Estadual nº 72, de 18 de janeiro de 1994;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que incumbe ao Ministério Público a defesa do patrimônio público e social, da moralidade e eficiência administrativas, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, na forma dos arts. 127, “caput”, e 129, inc. III, da Constituição Federal e art. 25, inc. IV, alínea “a”, da Lei n.º 8.625/93;

CONSIDERANDO a relevância das atribuições conferidas ao Ministério Público no tocante à defesa do patrimônio público, por força do art. 129, inc. III, da Constituição Federal e das disposições da Lei n.º 7.347/85;

CONSIDERANDO que, segundo Hugo Nigro Mazzili, o “Promotor de Justiça do Patrimônio Público e social tem sua área de atuação voltada para a defesa da probidade e legalidade administrativa e da proteção do patrimônio público e social”¹;

CONSIDERANDO que a recomendação “constitui um instrumento poderoso para conformação e adequação de condutas de agentes políticos e administradores públicos, consistindo numa espécie de notificação e alerta sinalizador da necessidade de que providências sejam tomadas, sob pena de consequências e adoção de outras medidas e expedientes repressivos por parte do Ministério Público”², viabilizando, dessa maneira, a demonstração de dolo para eventual ajuizamento de ação civil pública por ato de improbidade administrativa, sem prejuízo de ação própria para imposição de obrigação de fazer;

CONSIDERANDO que, na linha do art. 37, “caput”, da CF/88 e do art. 25 da Constituição do Estado de Mato Grosso do Sul, a Administração Pública deve pautar-se pelos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade,

¹ MAZZILLI, Hugo Nigro. Introdução ao Ministério Público. 9ª. Ed. São Paulo: Saraiva, 2015. p. 319.

² ALVES, Leonardo Barreto Moreira e BERCLAZ, Márcio Soares. Ministério Público em ação. 2. ed. Salvador: JusPODVIM, 2013, p. 49.

da publicidade e da eficiência, os quais são de plena exigibilidade jurídica, devendo ser observados compulsoriamente pelos entes públicos das esferas federal, estadual e municipal;

CONSIDERANDO que, conforme leciona Celso Antônio Bandeira de Mello, o princípio da legalidade "é o da completa submissão da Administração às leis. Esta deve tão somente obedecê-las, pô-las em prática. Daí que a atividade de todos os seus agentes, desde o que lhe ocupa a cúspide, isto é, o Presidente da República, até o mais modesto dos servidores, só pode ser a de dóceis, reverentes, obsequiosos cumpridores das disposições gerais fixadas pelo Poder Legislativo, pois esta é a posição que lhes compete no Direito brasileiro"³;

CONSIDERANDO que foi instaurado o Inquérito Civil nº 06.2017.00000632-7, na 1ª Promotoria de Justiça da Comarca de Nova Andradina, para apurar eventuais irregularidades relacionadas a carga horária e lotação de servidores públicos na Secretaria Municipal de Assistência Social e Cidadania de Nova Andradina/MS;

CONSIDERANDO que nos autos do citado procedimento foram constatadas diversas situações que se distanciam dos princípios e mesmo de disposições expressas de lei, inclusive Municipais, no que concerne à lotação e remoção de servidores;

CONSIDERANDO que, segundo a Lei Complementar nº 042, de 26 de junho de 2002, mais precisamente nos arts. 63 e seguintes, a "remoção é deslocamento do servidor de uma para outra Secretaria Municipal ou para órgão subordinado diretamente ao Prefeito Municipal" e que ela "processar-se-á por ex officio ou a pedido do servidor, atendido o interesse e a conveniência da Administração Municipal";

CONSIDERANDO, também, que segundo a Lei Complementar nº 041, de 26 de junho de 2002, "a remoção ocorrerá para ocupar cargo vago, se de ofício ou a pedido", bem como que **a remoção implica na redução do número de cargos e funções de uma Tabela para ampliação de outra Tabela, salvo quando a remoção decorrer de permuta entre servidores** (grifo nosso);

CONSIDERANDO que, por consubstanciar ato discricionário, a remoção de servidor deve ser necessariamente fundamentada, mormente por que "a motivação é imprescindível e possibilita verificar se o ato decorreu da vontade arbitrária ou ilegal do administrador público, pois, sem ela, não teríamos meios de conhecer e controlar a legitimidade dos motivos que levaram a Administração a praticar o ato, verificando se este decorre da vontade pessoal ou arbitrária da autoridade administrativa" (TJSE; AC 201800825210; Ac. 9854/2019; Segunda Câmara Cível; Rel. Des. Alberto Romeu Gouvei Aleite; Julg. 29/04/2019; DJSE 07/05/2019, ressaltei);

CONSIDERANDO, aliás, que nesse sentido a jurisprudência pátria é unânime, inclusive reconhecendo a nulidade do ato emitido sem a necessária motivação, e, ainda, o dever de indenização do ente público, conforme se destaca:

"DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. AÇÃO ORDINÁRIA. APELAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. REMOÇÃO EX OFFICIO. NECESSIDADE DE MOTIVAÇÃO, EVITANDO QUE O ATO ADMINISTRATIVO DISCRICIONÁRIO SE CONVOLE EM ARBITRÁRIO. NULIDADE. DANOS MORAIS. MANUTENÇÃO. - EMBORA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DETENHA A PRERROGATIVA DE ORGANIZAR O SERVIÇO PÚBLICO, OS SEUS ATOS DEVEM SER PAUTADOS PELA OBSERVÂNCIA AOS PRINCÍPIOS PREVISTOS NO ART. 37, CAPUT, DA CF/1988. - no caso concreto, o autor é auxiliar de serviços gerais, lotado no hospital municipal, e foi designado pelo ex-prefeito para exercer as funções de vigilante em obra de construção de uma escola, sem qualquer justificativa. - desvio de função caracterizado. - revelia do promovido, que compareceu aos autos, posteriormente, para afirmar que não consta do seu acervo documental "qualquer referência por escrito sobre o remanejamento funcional do aludido servidor", acreditando "que o ex-gestor municipal tenha agido verbalmente" (fl. 55). - prova testemunhal que indica motivação política na remoção e no desvio de função. - interesse público na relotação que não ficou evidenciado, violando-se os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência na administração pública. - dano moral configurado *ex vi* dos arts. 186 e 927 do Código Civil. Arbitramento em cinco mil reais que não destoa da razoabilidade e proporcionalidade. - honorários majorados em 30% por força do art. 85, § 11, da Lei nº 13.105/2015. Recurso conhecido e desprovido" (TJCE; APL 0001813-18.2012.8.06.0093; Primeira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Paulo Airton Albuquerque Filho; DJCE 28/05/2019; Pág. 32)

"APELAÇÃO CÍVEL E REMESSA OFICIAL. MANDADO DE SEGURANÇA. SERVIDOR PÚBLICO

³ Curso de Direito Administrativo. São Paulo: Malheiros, 2016, pág. 104.

MILITAR. REMOÇÃO. AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO. NULIDADE. SENTENÇA CONFIRMADA. 1) Embora o ato de remoção tenha natureza discricionária, permitindo à Administração Pública ponderar acerca dos critérios de conveniência e oportunidade para editá-lo, não pode ser determinado com arbitrariedade, em desrespeito aos requisitos legais. Precedentes do STJ e TJAP. 2) A ausência de motivação para transferência da servidora eivou de nulidade o ato administrativo, uma vez que é requisito essencial de toda ação administrativa, sem o qual o procedimento não se aperfeiçoa, porquanto integra o próprio conceito de forma. 3) Remessa oficial não provida e recurso voluntário prejudicado" (TJAP; REO 0046449-62.2017.8.03.0001; Câmara Única; Rel. Des. João Lages; Julg. 30/04/2019; DJEAP 14/05/2019; Pág. 28).

"CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. SERVIDORAS PÚBLICAS MUNICIPAIS. ATO DE REMOÇÃO. INOBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA MOTIVAÇÃO. NULIDADE. CONCESSÃO DA SEGURANÇA. SENTENÇA CONFIRMADA. 1. Tratam os autos de reexame necessário e apelação cível em mandado de segurança impetrado contra suposto ato ilegal e abusivo praticado pela secretária de saúde do município de caridade que teria removido as impetrantes mediante ato administrativo desprovido de motivação idônea. 2. A remoção de servidor público do local onde exercia suas atividades para outro diverso do originário, a despeito de ser um ato discricionário da administração, deve atender aos fins sociais, sempre observando o interesse público. 3. Constatando-se a ausência da motivação, é forçoso declarar nulo o ato impugnado. - reexame necessário conhecido. - apelação conhecida e desprovida. - sentença mantida" (TJCE; APL-RN 0003082-30.2017.8.06.0057; Terceira Câmara de Direito Público; Relª Desª Rosilene Ferreira Facundo; Julg. 06/05/2019; DJCE 13/05/2019; Pág. 35)

CONSIDERANDO que se constatou diversos atos de remoção com fundamentação genérica e sem as necessárias readequações dos quadros que são determinadas pelas leis municipais que tratam do assunto, dando ensejo ao entendimento que possam ter ocorrido arbitrariamente e não com vistas ao interesse público;

CONSIDERANDO que a Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992 (Lei de Improbidade Administrativa), em seus arts. 10 e 11, esclarece que constitui ato de improbidade administrativa ações ou omissões que causem prejuízo ao erário e que atentem contra os princípios da administração pública;

CONSIDERANDO, também, que quando proposto termo de ajustamento de conduta, no qual se estipularia prazo para a regularização da situação, o Executivo Municipal de Nova Andradina/MS não teve interesse em sua assinatura;

Resolve recomendar ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Nova Andradina/MS, José Gilberto Garcia, e a Ilustríssima Senhora Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social, Julliana Caetano Ortega, que observem as disposições legais atinentes à remoção no serviço público municipal de Nova Andradina/MS, bem como reanalisem todos os atos de remoções, em vigência, feitos por ou para a citada Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, no prazo de 30 (trinta) dias, regularizando eventuais irregularidades encontradas e encaminhando, no mesmo prazo, a relação de todos os servidores removidos desta ou para essa Secretaria Municipal. Além disso, que deem conhecimento, também no prazo de 30 (trinta) dias, aos demais Secretários Municipais sobre o teor da presente recomendação, mormente aqueles que tenham servidores removidos da Secretaria de Cidadania e Assistência Social ou mesmo para ela.

Requisita-se que, no prazo de 10 (dez) dias, o Executivo Municipal de Nova Andradina/MS informe por escrito a esta Promotoria de Justiça sobre o acatamento ou não da presente recomendação.

Em caso de não acatamento, o Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul informa que poderá adotar as medidas legais, inclusive mediante o ajuizamento da ação civil pública cabível.

Para melhor conhecimento e divulgação, determino a remessa de cópias da presente recomendação para publicação de seu inteiro teor no Diário Oficial do Ministério Público.

Por fim, em atenção ao disposto no parágrafo único do artigo 45 da Resolução n.º 15/2007/PGJ, REQUISITO à Prefeitura Municipal de Nova Andradina/MS a divulgação adequada e imediata desta Recomendação no Diário Oficial do Executivo deste município.

Nova Andradina, 06 de fevereiro de 2020.

ALEXANDRE ROSA LUZ
Promotor de Justiça

PARANAÍBA**EDITAL Nº 002/2020/02PJ/PNB****EDITAL DE CIÊNCIA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS**

O Ministério Público de Mato Grosso do Sul, por meio de seu representante institucional abaixo assinado, faz saber, a quem possa interessar, que, a partir do 5º (quinto) dia subsequente à data de publicação deste Edital no Diário Eletrônico do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul, se não houver oposição, eliminará os documentos constantes na Lista de Eliminação de Documentos nº 001/2020, referente aos documentos da 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba, nos termos do disposto no art. 12 da Resolução nº 25/2018-PGJ, de 6 de novembro de 2018.

Os interessados que tiverem alguma oposição deverão apresentá-la por escrito, devidamente fundamentada, desde que tenham qualificação e demonstrem legitimidade para o referido questionamento, dirigida à 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba até o dia 14/02/2020.

Paranaíba, 6 de fevereiro de 2020.

RONALDO VIEIRA FRANCISCO
Promotor de Justiça

LISTA DE ELIMINAÇÃO DE DOCUMENTOS Nº 001/2020

PROVENIÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba			PROCEDÊNCIA – 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba		
Órgão / Setor: 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba			Órgão / Setor: 2ª Promotoria de Justiça de Paranaíba		
Classe	Subclasse	Documento	JUSTIFICATIVA DA ELIMINAÇÃO / OBSERVAÇÕES	ANO INICIAL	ANO FINAL
000	001	Controle de processos e correspondências	Conforme disposto na Resolução 025/2018-PGJ, de 06 de dezembro de 2018, os referidos documentos já cumpriram seu prazo de guarda.	2012	2019
000	002	Correspondências expedidas		2012	2019
000	003	Correspondências recebidas		2012	2019
000	008	Relatórios de atividades - mensal		2012	2019
000	011	Certidões Expedidas		2012	2019
200	004	Termos de oitiva/declarações		2012	2019
200	005	Controle de carga de inquéritos		2012	2019
200	006	Livro de registro de processos		2012	2019
200	009	Cartas Precatórias		2012	2019
200	011	Ofícios requisitando diligências		2012	2019
200	013	Manifestações diversas em processos judiciais		2012	2019
200	015	Comunicações de Fragrantes		2012	2019
200	018	Portarias de instauração e/ou reabertura de inquérito civil/procedimento preparatório de inquérito civil		2012	2019
200	038	Recomendações		2012	2019
200	044	Apuração de Ato Infracional (arquivamento e homologação de remissão)		2012	2019
200	050	Notícias de Fato		2012	2019
200	056	Termos de audiência e de apresentação de adolescente		2012	2019
200	081	Controle de tramitação ou comprovante de remessa	2012	2019	
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO: Vívian Sheilis Bögger Queiroz – Técnico I					
Data do preenchimento: 6 de fevereiro de 2020					

COMARCAS DE PRIMEIRA ENTRÂNCIA

BANDEIRANTES

PROCEDIMENTO N. 01.2020.00001012-8

Recomendação n. 0001/2020/PJ/BND

O MINISTÉRIO PÚBLICO DE MATO GROSSO DO SUL, por meio da Promotoria de Justiça da Comarca de Bandeirantes, no uso de suas atribuições, com fulcro nas disposições contidas nos artigos 127, "caput", e 129, inciso II, da Constituição Federal, artigo 27, parágrafo único, inciso IV, da Lei Orgânica Nacional do Ministério Público, e artigo 200, inciso II, do Estatuto da Criança e do Adolescente,

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;

CONSIDERANDO que compete ao Ministério Público promover e acompanhar os procedimentos relativos a crianças e adolescentes, bem como promover o inquérito civil e a ação civil pública para a proteção dos interesses individuais, difusos ou coletivos relativos à infância e à adolescência, nos termos do artigo 201 do Estatuto da Criança e do Adolescente;

CONSIDERANDO que preceitua o artigo 227 da Constituição Federal que *"é dever da família, da sociedade e do Estado, assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão"*;

CONSIDERANDO que o artigo 194 do ECA legitima a atuação ministerial para propositura de procedimento ao dispor que *"o procedimento para imposição de penalidade administrativa por infração às normas de proteção à criança e ao adolescente terá início por representação do Ministério Público, ou do Conselho Tutelar, ou auto de infração elaborado por servidor efetivo ou voluntário credenciado, e assinado por duas testemunhas, se possível"* (grifei);

CONSIDERANDO que estabelece o artigo 258, da Lei Federal nº. 8.069/90, caracteriza infração administrativa *"Deixar o responsável pelo estabelecimento ou o empresário de observar o que dispõe esta Lei sobre o acesso de criança ou adolescente aos locais de diversão, ou sobre sua participação no espetáculo"* (grifei);

CONSIDERANDO que ao permitir a entrada e a permanência de crianças e adolescentes no evento, sem a expedição do competente alvará judicial, o organizador do evento infringirá o Estatuto da Criança e do Adolescente (artigo 149 e artigo 258 do Estatuto da Criança e do Adolescente);

CONSIDERANDO o teor da RESOLUÇÃO SEJUSP n. 413/2009, na qual consta a necessidade de preenchimento de requisitos mínimos de segurança para a realização de eventos no estado de Mato Grosso do Sul, inclusive com a realização de fiscalizações e vistorias pela Polícia Militar, Corpo de Bombeiros e Polícia Civil;

CONSIDERANDO a existência de informações de que o "RANCHO CALIFÓRNIA", localizado a 06 (seis) km de Jaraguari e a 01 km do Distrito de Jaraguari Velho, realizará festividades entre os dias 07 e 09 de fevereiro de 2020, oferecendo possibilidade de apostas em razão de corrida de cavalos, shows com bandas regionais e comercialização de bebidas alcoólicas;

CONSIDERANDO que por ocasião de tais festividades aumenta-se consideravelmente a exposição de crianças e adolescentes a eventuais situações de risco e de violação de direitos, tais como aliciamento para o consumo de bebidas alcoólicas, venda de drogas, e etc.;

CONSIDERANDO que, objetivando evitar a exposição de crianças e adolescentes a tais situações, o artigo 149, inciso I, alíneas "b" e "c", do Estatuto da Criança e do Adolescente, conferiu à autoridade judiciária a competência para regulamentar, por meio de portarias e/ou expedição de alvarás, o acesso e a permanência de crianças e adolescentes desacompanhados de seus pais e/ou responsáveis em "bailes ou promoções" e "boates ou congêneres";

CONSIDERANDO que festividades similares foram realizadas em 06 de outubro de 2019, e que há notícia no sentido de que não foram adotadas providências mínimas de segurança aos participantes e não houve nenhum tipo de controle de entrada e de saída dos frequentadores no recinto, principalmente das crianças e dos adolescentes;

CONSIDERANDO ainda que, devido ao fato de que o evento acontece em via pública rural, conforme noticiado no expediente encaminhado pelo 9º Batalhão da Polícia Militar de Jaraguari/MS, pois a "canha" é lindeira da via, há elevado risco de atropelamentos, acidentes e incidentes relacionados à margem de uma via, notadamente em razão do grande número de pessoas aglomeradas e do consumo de bebidas alcoólicas;

CONSIDERANDO que o Código de Defesa do Consumidor determina que o fornecedor deve buscar o aprimoramento na prestação do serviço e a harmonia na relação de consumo através da preservação dos direitos básicos do consumidor, com base na boa-fé, equidade, equilíbrio, transparência e harmonia;

CONSIDERANDO ser direito básico do consumidor, a efetiva prevenção e reparação de danos patrimoniais e morais, individuais, coletivos e difusos (art. 6º, inciso VI do CDC);

CONSIDERANDO que as festas irregulares impedem o exercício destes direitos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor;

CONSIDERANDO que em caso de acidentes envolvendo participantes das festividades não há pessoa definida para se imputar responsabilidades (há notícia no sentido de que o proprietário do Rancho Califórnia reside nos Estados Unidos e o local é administrado pelo gerente/capataz JOSÉ MARCOS DOS ANJOS);

RESOLVE, com fulcro no art. 29, IV, da Lei Complementar n. 72, de 18 de janeiro de 1994 e pelo artigo 44 da Resolução 15/2007/PGJ de 27 de novembro de 2007, RECOMENDAR ao PROPRIETÁRIO e/ou ao gerente/capataz do RANCHO CALIFÓRNIA⁴:

→ que apenas promova festas e eventos de posse dos laudos e alvarás necessários (Polícia Civil, Militar, Corpo de Bombeiros e outros), observando os exatos termos da Resolução SEJUSP/MS n. 413/2008 e de posse de alvará judicial, em observância ao artigo 149, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente (apenas se houver crianças e adolescentes no recinto);

→ que não promovam festas e eventos caso não obtenham os laudos e alvarás necessários (Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros), observando os termos da Resolução SEJUSP/MS n. 413/2008 e o alvará judicial, em observância ao artigo 149, inciso I, do Estatuto da Criança e do Adolescente (se houver crianças e adolescentes no recinto)

Deverá o responsável pelo evento informar e comprovar nesta Promotoria de Justiça, até a data de 06 de fevereiro de 2020, as providências adotadas.

A presente Recomendação dá ciência e constitui em mora os destinatários quanto à providência solicitada e poderá implicar na adoção de providências administrativas e judiciais cíveis e criminais cabíveis.

Encaminhe-se, com urgência, cópia dos autos ao Conselho Tutelar dos direitos da Infância e Juventude de Jaraguari e à Polícia Militar de Jaraguari para ciência, bem como adoção de eventuais providências e fiscalizações caso o mencionado evento realmente ocorra.

Bandeirantes, 05 de fevereiro de 2020.

PAULO HENRIQUE MENDONÇA DE FREITAS
Promotor de Justiça

⁴ Há notícia no sentido de que o proprietário do Rancho Califórnia reside nos Estados Unidos e o local é administrado pelo gerente/capataz JOSÉ MARCOS DOS ANJOS, telefone n. (67) 99909-1451.